

societária e práticas contábeis, observando os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Apuração do Resultado - As despesas e as Receitas são demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que seja provável que benefícios econômicos sejam gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - Incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras são de liquidez diária e controlada pela Sociedade para resgate imediato. **c) Contas a Receber** - São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos e ajustados até a data do balanço. Os saldos registrados nesta rubrica, bem como na rubrica contábil de fornecedores, não foram ajustados ao valor presente, uma vez que seus prazos são compatíveis com o ciclo operacional da empresa. **d) Estoques** - Os estoques estão representados por materiais de consumo e expediente e são avaliados pelo custo de aquisição que é inferior ao valor de mercado. **e) Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa da vida útil dos bens. Os gastos com manutenção e reparo são contabilizados quando incorridos: os que representam melhoras são capitalizados, enquanto os demais são debitados no resultado, respeitando o regime de competência do exercício. **NOTA 4 OUTROS IMPOSTOS A RECUPERAR** - Composto por: IR a Recuperar R\$-363.373; FGTS a Recuperar R\$-12.610; IR Pago por Estimativa R\$-374.820; CSLL Pago por Estimativa R\$-136.040; INSS a Recuperar R\$-64.528; PASEP R\$-6.441 e COFINS R\$-14.445. **NOTA 5 – PASSIVOS CONTINGENTES:** a) Ação de Cobrança – IBM do Brasil – Processo iniciado em 02 de agosto de 1.993, no valor inicial de R\$-1.329.224, o qual foi contabilizado naquela ocasião e ajustado em dezembro de 2006 para R\$-1.879.224. Encontra-se em fase de execução de sentença de 28 de março de 2011, pelo montante de R\$-6.531.864. Além dos valores inicialmente provisionados, consignamos o montante de R\$-579.597, registrado em Depósitos Judiciais; b) Ação de Cobrança – NEXUM Tecnologia Ltda. Processo iniciado em 2008, com valor da causa na ordem de R\$-708.206, com sentença condenatória de 25.06.2015, aguardando execução; c) Consta, ainda, possíveis perdas de duas ações civis públicas no montante de R\$-10.510 e duas Reclamações Trabalhistas no total de R\$-103.194.

NOTA 6 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O Capital Autorizado é de R\$-8.248.612,00 (Oito Milhões, Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Seiscentos e Doze Reais), composto por 6.538.237 Ações Ordinárias e 1.710.375 Ações Preferenciais de R\$1,00 cada, realizado o valor de R\$-6.735.641,84 (Seis Milhões, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Oitenta e Quatro Centavos), representados por 5.292.142 Ações Ordinárias e 1.443.500 Ações Preferenciais pertencentes a Prefeitura Municipal de Belém – **PMB** e 2.251.612 Ações Ordinárias pertencentes a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – **CODEM**, seus únicos Acionistas, restando 1.512.971 Ações Ordinárias subscritas pela Acionista Majoritária. Belém 31 de dezembro de 2018, **JOÃO BOSCO VASCONCELOS DE MIRANDA JUNIOR** Diretor Presidente CPF: 468.352.612-34, **ROSMARIM VENTURA BARBOSA**, Contador CRC 015.690/O, CPF: 039.496.642-20. **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – Aos Srs. Diretores e Conselheiros da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM – CINBESA.** Belém – PA. **Opinião com Ressalvas.** Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM – CINBESA**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Bases para Opinião com Ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM – CINBESA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião com Ressalvas.** A **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM – CINBESA**, conforme informações de seus assessores Jurídicos na data base de 31 de dezembro de 2018, possuía Processos Trabalhistas (2) num montante de R\$-103.194,08, ações civis públicas (2) com riscos no valor de R\$ 10.510,00 com probabilidade de perda indeterminada, conforme informado na Nota Explicativa Nº 5. Porém, a Companhia possui ação de cobrança, iniciada em 02 de agosto de 1993, em fase de execução de Sentença Homologatória de Acordo, de 28.03.2011, num montante de R\$ 6.531.864,92, provisionada em R\$ 1.879.224,88 e com depósito judicial de R\$ 579.597,15, evidenciando, neste caso, a necessidade de Provisão de Contingências ser complementada no montante de R\$ 4.073.042,89 e também ação de Cobrança de R\$ 708.206,43, com sentença condenatória em 26.06.2015, conforme a Assessoria Jurídica aguardando execução, que deve ser atualizada e reconhecida contabilmente. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM – CINBESA**, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma entidade em atividade normal, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações em curso normal das suas atividades. As referidas demonstrações contábeis apresentam prejuízos acumulados, caracterizado pela necessidade de incremento da receita de convênios, redução de despesas operacionais, pois para o desenvolvimento de suas atividades a Companhia é dependente do recebimento de recursos repassados pelo Tesouro Municipal, que atingiram no exercício de 2018 o montante de R\$-18.253.331,09, montante este superior a Receita Operacional Bruta, que atingiu R\$ 3.401.331,12, no mesmo período. Verifica-se que a Companhia apresentou Capital Circulante Líquido Negativo (Ativo Circulante – Passivo Circulante) na ordem de R\$ 832.259,71, não dispondo de recursos próprios, gerados pela sua prestação de serviços, em montante suficiente para cobrir suas necessidades, dependendo do recebimento dessas verbas e da política e diretrizes traçadas pela Prefeitura Municipal de Belém, seu principal acionista, para desenvolver suas atividades e manter o seu equilíbrio econômico-financeiro. As demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo inicial, foram elaboradas segundo práticas aplicáveis às companhias em regime normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes a realização ou classificação dos valores ativos ou quanto aos valores ou a classificação de passivos que seriam requeridos no caso de descontinuidade das operações da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE BELÉM – CINBESA**. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional exceto o destacado no parágrafo “Base para Opinião com Ressalvas”. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belém (Pa), 16 de abril de 2019. A & N Leitão Auditoria e Consultoria S/S Ltda. CRC PA 020.731/O. Altino Almeida de Sousa CRC-PA 010039/O-8.